

F Ó R U M L I N G U Í S T ! C O

VOLUME 18, NÚMERO 4, OUT./DEZ. 2021

**LÍNGUAS E MULTILINGUISMOS EM TEMPOS DE PANDEMIA: ACESSO, JUSTIÇA SOCIAL,
TRADUÇÃO, VULNERABILIDADE E CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS LINGUÍSTICAS DO
CUIDADO**

CRISTINE GORSKI SEVERO (UFSC)

SILVANA AGUIAR DOS SANTOS (UFSC)

EZRA ALBERTO CHAMBAL NHAMPOCA (UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE)

(ORG.)

Este número temático (v.18, n.4, 2021) da **Fórum Linguístico** versa sobre *Línguas e multilinguismos em tempos de Pandemia: Acesso, justiça social, tradução, vulnerabilidade e construção de políticas linguísticas do cuidado*. Em face do contexto da pandemia do Covid-19, apresentamos uma série de artigos e discussões que pautam a dinâmica sociolinguística e as políticas e planejamentos linguísticos envolvendo as línguas no contexto de emergência sanitária e de luta – coletiva e individual – pela vida e sobrevivência. Algumas discussões presentes neste número foram embaladas pelo projeto *Rodas de Conversas Brasil-África* – uma parceria entre os grupos de pesquisa *PoLiTicas* (UFSC) e *GELLBAA* (UAM). Tratou-se de encontros virtuais abertos ao público que ocorreram no decorrer de 2020 e de 2021, em atenção às práticas de prevenção e proteção contra a COVID-19, envolvendo pesquisadores e estudantes do Brasil, Moçambique, Angola, Cabo Verde e Guiné-Bissau.

Nesta edição, buscamos tematizar o direito de acesso às informações e aos serviços públicos, bem como as práticas linguísticas circulantes no decorrer do período em que a demanda por políticas de cuidado e de proteção da vida se colocaram como uma questão social. Os trabalhos aqui apresentados tanto denunciam fragilidades e virtudes do poder público nas políticas comunicacionais e informativas, como revelam caminhos agentivos e criativos usados por diferentes sujeitos, grupos coletivos e comunidades na construção de uma política de proteção e de cuidado através do compartilhamento de informações, saberes e práticas. Buscamos, com isso, atentar para a relação intrínseca entre políticas linguísticas (explícitas e implícitas) e as práticas de cuidado, em que a política diz respeito à preservação, promoção e potencialização da vida e do bem comum.

A estrutura deste número especial se organiza em três partes, além de uma seção de entrevistas e depoimentos de lideranças, agentes públicos e pessoas acadêmicas envolvidas, seja com políticas públicas orientadas e sustentadas pelo Estado, seja com demais políticas mobilizadas pela organização da sociedade civil.

Os artigos da Parte 1 – intitulada *Multilinguismo e COVID 19: ética do cuidado, biopolítica, ativismo e questões indígenas e quilombolas* – abordam visões críticas, analíticas e descritivas envolvendo conceitos de ética do cuidado, biopolítica e ativismo; além disso, são pautadas experiências indígenas e quilombolas sobre questões referentes à língua, educação e saúde. A Parte 2 compreende *Políticas de Tradução, políticas linguísticas, interpretação comunitária e a comunidade surda*, agregando discussões referentes ao sentidos de comunidade surda, linguagem e interpretação comunitária. A Parte 3 aborda *Contextos e heranças africanas: multilinguismo, racialização e linguicídio*, atentando tanto para análises sobre o multilinguismo africano no contexto da Pandemia, como para reflexões sobre o apagamento ou a racialização das heranças africanas no Brasil. Por fim, apresentamos uma seção de *ENTREVISTAS E DEPOIMENTOS: Desafios linguísticos e comunicacionais no contexto da Pandemia*, com o objetivo de estreitar as aproximações do debate com a sociedade civil e a esfera pública.

Tendo em vista que este número especial agrega pesquisadores de diferentes países, ressaltamos que respeitamos as expressividades estilísticas de colegas desses países, especialmente quanto às questões ortográficas. Reconhecemos, neste número, textos escritos nas variedades do português de Angola, do Brasil e de Moçambique, representando, desse modo, a diversidade e multiplicidade ortográfica e gramatical dessa língua. A seguir, apresentamos os artigos que compõem este número especial, dividimos nas partes mencionadas.

PARTE 1: Multilinguismo e COVID 19 – ética do cuidado, biopolítica, ativismo e questões indígenas e quilombolas

Nesta primeira parte apresentamos uma série de artigos que versam sobre os conceitos de ética do cuidado, biopolítica e ativismo. Esses conceitos são permeados de exemplos e estudos de caso voltados para o contexto da Pandemia. Além disso, integram a Parte 1 discussões e análises referentes aos contextos indígena e quilombola no Brasil, bem como ao contexto de imigração.

O texto *Políticas Linguísticas e a Ética do Cuidado*, assinado por Cristine G. Severo (UFSC) e Ezra Alberto Chambal Nhampoca (UEM), propõe uma articulação entre as políticas linguísticas e a ética do cuidado, com atenção para o conceito de ética do cuidado em sua articulação com a crítica feminista e o conceito de linguagem; e as implicações dessas reflexões para o que as autoras chamam de políticas linguísticas do cuidado, com enfoque em práticas de linguagem socialmente situadas nas esferas político-legislativa, da saúde, da comunicação e da segurança pública em Moçambique. Os seguintes temas são explorados no artigo: prática comunicativa, acesso à informação, formas de expressividade, direito humano, participação social e institucional, discursivização e simbolização do mundo e transmissão de conhecimentos.

Na sequência, Caroline Vieira Rodrigues (PPGL/UFSC) e Ana Paula Simões Pessoa (PPGL/UFSC) abordam “*Idioma é pra se defender*”: *repensar o ensino de língua como política do cuidado*. O texto analisa políticas linguísticas da ONG Byenvini quanto às ações de assistência linguística à população haitiana recém-chegada ao Brasil. O texto foi desenvolvido a partir de um recorte etnográfico e suscitou questionamentos sobre a experiência de migrantes haitianos no Brasil no que tange aos processos de ensino e aprendizagem de língua no período da pandemia.

O artigo *Efeitos discursivos da pandemia: incidências do biopoder sobre os profissionais de educação em Santa Catarina* foi desenvolvido por Ana Cláudia Fabre Eltermann (PPGL/UFSC), Renata Santos (PPGL/UFSC) e Filipe Mendes Neckel (PGET/UFSC). O texto discute os tensionamentos nos discursos a respeito da educação, principalmente do fechamento das escolas durante pandemia em dois momentos: início da pandemia (março/2020) e no seu auge (março/2021). O artigo analisa os discursos veiculados em uma plataforma de notícias do estado de Santa Catarina. Como resultado, identificou-se uma mudança de postura por parte do governo a respeito do fechamento das escolas de março de 2020 para março de 2021.

Elaine de Castro (DO/UEMS) e Vanessa Hagemeyer Burgo (UFMS) são as autoras do artigo *Estratégias conversacionais empregadas por Jair Bolsonaro no início da Pandemia de Covid-19*, no qual analisam as estratégias empregadas pelo presidente Jair

Bolsonaro em suas declarações a respeito da Pandemia de Covid-19 durante os meses de março e abril de 2020. O *corpus* é formado por excertos retirados de entrevistas, pronunciamentos e *lives*, selecionados e publicados em 1 de maio do mesmo ano na seção de saúde pelo *website* UOL Notícias. Pautado na análise da conversação, os resultados mostram o emprego de recursos comunicacionais que ratificam uma postura de incredulidade diante das estatísticas e orientações de órgãos de saúde nacionais e internacionais.

No artigo *Projeto raízes: vias de acesso aos letramentos comunitários em contexto quilombola*, Edinei Carvalho dos Santos (PPGL/UnB), Kleber Aparecido da Silva (UnB) e Rosineide Magalhães de Sousa (UnB) apresentam os resultados do *Projeto Raízes: letramentos, educação e cultura*, desenvolvido com estudantes da escola Aleixo Pereira Braga I, instituição de ensino localizada no Quilombo Mesquita, comunidade negra rural situada em Goiás. Os resultados indicam que uma perspectiva sociocultural, sociolinguística e aplicada crítica possibilita a articulação entre temas comunitários e conteúdos escolares, indicando que projetos de letramento constituem uma valiosa proposta de acesso a novas práticas de linguagem e letramento no âmbito da comunidade.

O contexto indígena é pauta do artigo *A educação escolar indígena em Mato Grosso do Sul em tempos de pandemia: estratégias, dificuldades e possibilidades*, assinado por Patrícia Graciela da Rocha (UFMS) e Tania Milene Nugoli Moraes (ME/UFMS). No artigo, as autoras apresentam uma breve descrição das estratégias pedagógicas, linguísticas e organizacionais utilizadas pelas Escolas Indígenas de Mato Grosso do Sul, pertencentes ao sistema Estadual de Educação de MS, durante o período pandêmico. Os resultados encontrados destacam a atuação das escolas para além da sala de aula e do currículo, bem como a preocupação e a disposição de todos/as para reelaborar continuamente o calendário escolar na tentativa de reduzir os impactos negativos sobre estudantes e professores/as.

Ainda no âmbito das pesquisas voltadas para contextos indígenas, Marcus Vinícius da Silva (CAP/UFRR; DO/UNESP), Isabella Coutinho Costa (UERR) e Cristiani Dália de Mello (UERR) assinam o artigo *Políticas linguísticas autóctones e línguas indígenas em Roraima: o caso do povo Ye'kwana*, no qual refletem sobre as políticas linguísticas autóctones desenvolvidas por e para os povos indígenas do estado de Roraima, com especial atenção para as ações educacionais desenvolvidas pelo povo Ye'kwana. Os resultados mostram que os Ye'kwana e outros povos indígenas de Roraima têm buscado criar políticas para manter seus valores tradicionais dentro das necessidades que a contemporaneidade e a sociedade exigem, ao documentar e criar estratégias para ensinar e aprender suas próprias línguas e culturas.

Um terceiro artigo sobre o contexto indígena na região sul do Brasil é de autoria de Leticia Cao Ponso (FURG) e intitula-se *Políticas de língua e identidade nas aldeias indígenas Goj Tahn, Y'Yrembé e Pará Rokê no enfrentamento à Pandemia de Covid-19 em Rio Grande*. A autora aborda as estratégias de comunicação, aliança e solidariedade estabelecidas pelas comunidades Mbya Guaraní Y'Yrembé (Beira-mar) e Pará Rokê (Portal do Mar), e Kaingang Goj Tahn (Mar Azul) na participação da elaboração de políticas para o enfrentamento à pandemia de Covid-19 no município de Rio Grande. Por meio de observação participante durante todo o ano de 2020, o artigo relata como as ações protagonizadas pelos caciques, pelo Conselho Municipal dos Povos Indígenas, em parceria com a Coordenadoria de Políticas Públicas para os Povos Indígenas, a população não-indígena e as instituições de ensino superior garantiram políticas voltadas à saúde, à segurança alimentar, à tradução cultural e à manutenção dos territórios no cenário de contenção do avanço do novo coronavírus.

Na sequência, passamos para o contexto de imigração. O artigo *Língua polonesa no Brasil em tempos de Pandemia*, de Karolina Bielenin-Lenczowska (Universidade de Varsóvia; UFSC) e Sônia Eliane Niewiadomski (DO/USP; UNICENTRO) mapeiam e analisam as iniciativas desenvolvidas pela comunidade brasileira de ascendência polonesa no Paraná, em prol da preservação da cultura e manutenção do polonês como língua de herança durante a pandemia do vírus SARS-CoV-2. As análises contribuem para uma compreensão tanto do polonês como língua de herança no Brasil como do sentido de comunidade.

Esta seção se encerra com o tema do ativismo político-linguístico. Ricardo Nascimento Abreu (UFS), Lia Nara Figuerêdo da Silva (DO/UFS) e Paulo Sérgio da Silva Santos (UFS) são autores do artigo *Ativismo político-linguístico supranacional: a atuação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos na proteção das línguas autóctones no contexto da Pandemia do Sars-Cov-2*. Este

texto analisa as políticas de cuidado dirigidas aos povos indígenas situados no espectro dos países interamericanos. As análises realizadas, por um enfoque político linguístico, reconhecem a Comissão Interamericana de Direitos Humanos como uma instância supranacional de ativismo político linguístico, responsável pela gestão da política linguística de maior envergadura no continente americano, especialmente no que diz respeito aos direitos humanos linguísticos dos povos tradicionais.

PARTE 2: Políticas de Tradução, interpretação comunitária e a comunidade surda

Na segunda parte do volume estão localizadas pesquisas voltadas para as demandas dos tempos de pandemia, políticas de tradução e interpretação comunitária. O conjunto de textos reunidos nesta seção apresenta, examina e sugere que políticas de tradução estejam aliadas ao campo da interpretação comunitária em diálogo com as políticas linguísticas. Em tempos de pandemia, presenciamos demandas urgentes no que tange à tradução e interpretação e ao acesso dos povos aos bens e serviços públicos, especialmente nos contextos de saúde.

O texto intitulado *O que a poesia surda periférica sinaliza para as políticas linguísticas direcionadas às comunidades surdas* é assinado por Jonatas Medeiros (ME/UFSC; UFPR), Silvana Aguiar dos Santos (UFSC) e Edvaldo Santos (Pedagogo e arte-educador). Os autores analisam as principais temáticas que emergem das poesias surdas periféricas, tais como: narrativas sobre Direitos linguísticos, a Literatura Surda e os Direitos Humanos, interlocuções e estatuto jurídico da Libras e a urgência de preservar e incentivar o registro de uma memória surda, por meio de acervos em Libras.

Andrea Cristiane Kahmann (UFPel), Elisa Marchioro Stumpf (UFRGS) e Bernardo Kolling Limberger (UFPel) assinam o texto *Tradução Comunitária em tempos de pandemia como promotora da educação linguística*, que apresenta e discute resultados do projeto *Tradução, mediação linguística e disseminação de informações à comunidade*, desenvolvido entre março e dezembro de 2020 na Universidade Federal de Pelotas, cujo objetivo principal foi disseminar informações confiáveis e precisas para a comunidade durante a pandemia. Embora o objetivo do projeto não tenha sido a educação linguística, as percepções sugerem, entre outras, a efetiva contribuição da tradução para aprendizagem de línguas e sensibilização para o multilinguismo.

A seguir, David Langa (UEM) apresenta o texto *Tradução dos termos sobre CoronaVírus/COVID 19: uma abordagem de comunicação adequada*. O autor realiza um estudo sobre a eficiência comunicativa das traduções das mensagens em áudio sobre o coronavírus/Covid 19 difundidas em Línguas Bantu (LB), a saber, nas línguas *Rhonga* e *Changana*, no posto administrativo de Machava, localizado na província de Maputo e no município da Matola.

Em *Interpretação remota de Libras-Português em conferências durante a pandemia de COVID-19*, Vinicius Nascimento (UFSCar) e Tiago Coimbra Nogueira (DO/UFSC; UFRGS) apresentam uma análise descritiva de estratégias de interação utilizadas por equipes de intérpretes de Libras-Português na interpretação simultânea remota de conferências. São analisadas interações estabelecidas entre oito intérpretes em onze conferências apreciativo-informativas do tipo acadêmica e cultural realizadas no período de maio a dezembro de 2020.

Neiva Aquino Albres (UFSC) e Ana Paula Jung (ME/UFSC; IFSC) analisam, no texto *Surdos e a educação bilíngue em tempos de pandemia: o enunciATO de professores em análise*, o lugar do professor na política linguística para surdos, refletindo sobre as ações linguísticas institucionais e as práticas cotidianas de ensino de e em Libras no Brasil em período de pandemia. Pautadas na perspectiva dialógica do discurso e na etnografia virtual, as autoras constatarem que, apesar da política no Brasil garantir o acesso às informações em Libras e à educação remota, isso ocorre de fato pela via da ação das comunidades de surdos e de intérpretes. As autoras concluem que as desigualdades são minimizadas pela ação de professores e de tradutores e intérpretes de Libras-Português, ouvintes, e surdos que unidos desenvolvem uma política linguística de baixo para cima.

O artigo intitulado *Uma perspectiva translíngue e transmodal no ensino remoto emergencial em época de pandemia para crianças de distintos perfis: Cotas, surdas e ouvintes* é de autoria de Bianca Sena Gomes (DO/UFSC; UFV) e Gilmara Jales da Costa (ME/UFSC; IFRN). As autoras discutem a perspectiva translíngue e transmodal, juntamente com um esclarecimento sobre os

métodos de ensino para sujeitos surdos e Cotas (*Children of Deaf Adults*), que, geralmente, estão pautados pelo viés do bilinguismo.

Em *O uso de ferramentas digitais no ensino de língua inglesa para alunos surdos: o que dizem os professores?*, Matheus Lucas de Almeida (DO/UNICAP), Antonio Henrique Coutelo de Moraes (UNICAP) e Juliene Lopes Ribeiro Pedrosa (UFPB) analisam, através da análise de conteúdo, as concepções de professores que tiveram experiência com o ensino da língua inglesa para surdos durante a pandemia da COVID-19, enfocando o uso das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC). Os dados demonstram que as TDIC podem facilitar o acesso linguístico dos alunos surdos nas aulas de língua inglesa. Todavia, algumas especificidades devem ser respeitadas e processos formativos devem ser disponibilizados aos profissionais que trabalham com esses sujeitos.

PARTE 3: Contextos e heranças africanas – Multilinguismo, racialização e linguicídio

Nesta parte, apresentamos os trabalhos e as discussões referentes aos desafios do contexto multilíngue africano para a produção de políticas de saúde e educacionais democráticas e justas, atentando para o direito à informação e à comunicação nas línguas maternas e nacionais. Além disso, essa parte também pauta discussões referentes ao “linguicídio” das línguas africanas no Brasil. A seguir apresentamos os textos que constituem essa parte.

No texto *Políticas linguísticas para a pandemia: um olhar para os contextos de Angola, Brasil, Moçambique e Timor-Leste*, Alexandre Cohn da Silveira (UNILAB/BA) apresenta reflexões sobre as atitudes linguísticas oficiais dos Estados de Angola, Brasil, Moçambique e Timor-Leste, frente à divulgação de informações sanitárias relativas à pandemia de COVID-19. A partir do depoimento de professores oriundos de cada uma das nações abordadas, o autor conclui que a língua materna dos cidadãos é pouco utilizada nas comunicações oficiais, na contramão do que propõem as declarações universais de direitos humanos e linguísticos. O autor, portanto, sinaliza, no contexto analisado, para o entrelaçamento entre os direitos à língua e à vida.

Na sequência, Jeferson Evaristo (UERJ), em *Linguicídio africano no Brasil*, apresenta uma reflexão sobre o apagamento das línguas africanas no Brasil, entre os séculos XVI e XIX, a favor da língua portuguesa, chamando atenção tanto para o conflito, como para o contato linguístico que houve durante a chegada dos portugueses e dos africanos escravizados. O texto registra o fato do país não ter desenvolvido uma política linguística (de cuidado) explícita que considere a presença das línguas africanas trazidas pelos africanos escravizados para o território brasileiro, o que resultou num Linguicídio Africano no Brasil.

O artigo *Combate à Pandemia do Coronavírus: o dilema da comunicação vertical em sociedades multilíngues – o caso de Moçambique*, de Manuel Armando Guissemio (UEM) e Walter Eusébio Matimbe (UEM), levanta uma reflexão sobre o uso da comunicação vertical em sociedades multilíngues, com foco no contexto moçambicano em tempos de pandemia. Os autores dissertam sobre o perigo de uso da comunicação vertical em sociedades multilíngues, uma vez que ela implica a comunicação como um símbolo de autoridade e de superioridade sobre os outros. No caso de Moçambique, dos que falam português sobre os que não o falam.

Gervásio Chambo é autor do artigo *Percepções e reflexões dos professores sobre as práticas pedagógicas de translíngua no ensino bilíngue em Moçambique*, no qual apresenta e discute as percepções e reflexões de professores de ensino bilíngue em Moçambique a respeito do uso de práticas translíngues nas classes de pós-transição, mostrando como elas estão largamente presentes nesses contextos, influenciando o processo de ensino e aprendizagem. Na contramão de uma política de imposição da língua portuguesa na esfera escolar, o autor defende que a prática translíngue ocorre mesmo em contextos de salas de aulas em que os professores priorizam o ensino em português.

Fechando a seção, o artigo *Ensino e Aprendizagem Online no Zimbabwe: algumas opiniões e crenças*, de autoria de Diocleciano Nhaturu (Universidade do Zimbabwe/Universidade Eduardo Mondlane) e Moisés Mafuiane (Seminário Bíblico e Teológico de Maputo), se debruça sobre o ensino online no Zimbabwe, trazendo à tona opiniões, percepções e sugestões de um grupo de estudantes universitários zimbabwianos e de seus pais/encarregados sobre o ensino-aprendizagem online. O texto mostra que,

embora haja um percentual reduzido de pessoas favoráveis a essa modalidade de ensino no Zimbabwe, a maior parte da população entrevistada se mostra adversa aos princípios e ao processo de ensino-aprendizagem *online*, sugerindo, assim, que as instituições de ensino superior, ao conceberem e implementarem o ensino *online*, respeitem o diálogo, desenvolvendo atividades de consciencialização do tecido social sobre a relevância desta modalidade de educação.

ENTREVISTAS E DEPOIMENTOS: Desafios linguísticos e comunicacionais no contexto da Pandemia

Esta seção tem como objetivo estreitar as aproximações do debate com a sociedade civil e a esfera pública. As entrevistas e depoimentos seguiram três perguntas: i) Fale sobre você e sua atuação junto aos grupos minorizados/minoritários; ii) Quais os desafios enfrentados envolvendo as línguas (e acesso à informação) no contexto da pandemia?; iii) Se fosse possível sugerir ações em torno das línguas e da comunicação voltadas para essas comunidades, qual ou quais seriam? Consideramos que esses relatos e depoimentos contribuem para expandir a nossa visão sobre a maneira como as línguas efetivamente perpassar qualquer política pública.

Contribuíram para esta seção as seguintes lideranças/agentes públicos/pesquisadores: Fernando Merloto Soave (PR/AM), Altaci Rubim (UNB, Unesco), Rogério Ribeiro (Instituto Cigano do Brasil), Luana Manini (OAB/SP), Vanessa Sagica (Doutoranda em Linguística UFSC), Shirley Vilhalva (UFMS), Algemiro da Silva (Escola Indígena Guarani Karai Kuery Renda).

Veremos que este número temático expande o conceito de políticas linguísticas, abarcando tanto a sua relação com políticas públicas mais amplas, como a mobilização da sociedade civil. Desejamos que as reflexões reunidas neste número possam nos engajar com o compartilhamento do comum, em prol da potencialização dos modos de viver e de dizer.

Cristine Gorski Severo (UFSC)

Silvana Aguiar dos Santos (UFSC)

Ezra Alberto Chambal Nhampoca (Universidade Eduardo Mondlane)

Organizadoras do Número Temático



Recebido em 25/01/2022.